

**Artigo****Mapeamento de professores com deficiência atuantes na rede pública municipal de São Paulo****Survey of teachers with disabilities working in public schools in São Paulo****Talita Delfino*¹, Camila Perez da Silva**²**

*Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, **Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz-MA, Brasil

Resumo

Diversas são as discussões sobre os direitos das pessoas com deficiência e a efetivação destes tanto no âmbito acadêmico como social, educacional e das políticas públicas. Entretanto, os estudos acadêmicos constataam que o Brasil ainda caminha na tentativa de garantia destes direitos e no âmbito educacional pouco se discute sobre o professor com deficiência na escola. Deste modo, o presente trabalho teve como objetivo realizar um mapeamento de professores com deficiência atuantes na rede pública municipal de São Paulo, a fim de verificar quantos e quais são as suas características, por meio da análise estatística dos microdados de docentes com deficiência nesse município provenientes da sinopse estatística da educação básica no ano de 2018. Com a análise quantitativa, utilizando o software SPSS Statistics®, obteve-se dezoito sujeitos de pesquisa, correspondendo a 0,05% do total de docentes do município. Destes, a maioria era mulher, possuía deficiência física, atuava na educação infantil e fundamental I nas regiões periféricas da cidade e com formação inicial em instituições particulares de ensino superior. Estes dados revelam que a porcentagem de docentes com deficiência é diminuta, destacando a importância de mais estudos na área para se pensar em políticas públicas que garantam o acesso à profissão docente e à permanência destes na rede.

Abstract

There are many discussions about the rights of people with disabilities and their accomplishment in the academic, social, educational and public policy spheres. However, researches reached the conclusion that Brazil is still trying to guarantee these rights and, in the educational field, there is not much debate about teachers with disabilities in school. Therefore, this study aimed to survey teachers with disabilities working in the municipal public network of São Paulo, to find their number and what

¹ Mestranda em Educação, USP. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-9169-2748> E-mail: tildedelfino@gmail.com

² Professora da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0003-4677-2703> E-mail: camilaperez25@gmail.com

characterizes them. We resorted to statistical analysis of microdata about teachers with disabilities in São Paulo city, deriving from the statistical synopsis of basic education in 2018. Through quantitative analysis, using the SPSS Statistics® software, we obtained eighteen research subjects, corresponding to 0.05% of the total of teachers in the municipality. Most of them were women, had physical disabilities, worked in early childhood and elementary education in poorer regions of the city and had their initial training in private undergraduate studies institutions. These data show that the percentage of teachers with disabilities is low, indicating the need of further studies in the area, in order to think about public policies that guarantee their access to the teaching profession and their permanence in the municipal public education network.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência, Formação de professores, Direito social, Barreiras.

Keywords: Disabled person, Teacher training, Social law, Barriers.

Introdução

Da luta das pessoas com deficiência derivaram os documentos oficiais que buscam conceituar a deficiência como uma questão social, ao afirmarem que ela se estabelece a partir das barreiras que surgem nas interações com o meio e outros sujeitos, as quais podem dificultar em maior ou menor grau a participação destas pessoas na sociedade (BRASIL, 2011). Neri (2003) afirma que em muitos países estão sendo criados mecanismos para auxiliar as pessoas com deficiências, atuando na educação, formação, reabilitação, criação de estímulos para a inserção no mercado de trabalho e posteriormente uma assistência continuada.

Os direitos constitucionais (BRASIL, 1988) justificam as preocupações quanto à garantia de igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência. Em seu artigo 37º, determina que deve haver a reserva de um percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência, definindo um sistema de cotas para garantir a participação social. Tais direitos são reforçados pelo Decreto nº. 3.956 (BRASIL, 2001), que estipula em seu artigo primeiro a eliminação de qualquer tipo de discriminação contra as pessoas com deficiência, reafirmando que possuem os mesmos direitos e deveres, possuindo a igualdade e a dignidade próprias a todo ser humano. Além disso, a lei nº. 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estabelece no artigo 93º que as empresas com mais de 100 empregados devem ter de dois a cinco por cento de funcionários com deficiência (BRASIL, 1991). Esta política afirmativa tem o intuito de garantir as oportunidades de acesso e conscientização da sociedade acerca da potencialidade destes indivíduos (BRASIL, 2007) e visa superar a segregação daqueles que estão à margem da sociedade, criando condições de acesso e permanência (MACIEL, 2000). Ainda assim, Leonart (2007) afirma que a discriminação continua a ser o maior empecilho à entrada destes indivíduos no mercado de trabalho. As barreiras encontradas para o desenvolvimento educacional e cultural são amplas e variadas, sobretudo em relação às pessoas que nasceram com deficiência ou a adquiriram na primeira infância.

Isto é, faltam estímulos e ações para tornar viável a formação e conseqüentemente a inserção no mercado de trabalho, sendo necessária a atuação na educação, reabilitação e estímulos às empresas, regulando e combinando esses elementos básicos para a melhoria do quadro atual (NERI, 2003).

Carvalho (2004) e Skliar (2004) defendem a ideia de que é necessário enfrentar e assumir como dificuldades reais dos espaços sociais que devem adaptar-se para que seja possível, mais que uma inserção física das pessoas com deficiência, mas a admissão das diferenças, sem negá-las, ou seja, assumir a existência da diversidade e oferecer as condições para que todos possam ter acesso às oportunidades de modo equitativo. Ao transpor estas considerações para a entrada no mercado de trabalho, Oliveira, Goulart Júnior e Fernandes (2009) afirmam que algumas das dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência são a elaboração de avaliações com critérios inadequados, espaços com barreiras logísticas e físicas e uso impróprio de recursos para desenvolver programas de emprego. Assim, ao analisar as políticas públicas, notamos avanços com várias ações e medidas para garantir o acesso e a permanência dos grupos minoritários. Entretanto, além da lei das cotas, o Brasil não possui outras políticas para a equidade nas instâncias relativas ao trabalho dos professores além das cotas no acesso ao cargo de docente. Na rede pública municipal em São Paulo, por exemplo, a entrada é via concurso, utilizando as cotas disponíveis.

No levantamento inicial acerca da temática pode-se observar que poucas pesquisas e avanços foram realizados nos últimos anos na área, ou seja, o estudo neste ramo da pesquisa educacional é escasso. Principalmente analisando a realidade de uma região específica do país, com exceções para estudos no Distrito Federal (STUCKERT, 2009) e no Paraná (GERMANO, 2015). Zeichner e Diniz-Pereira (2005) defendem que as pesquisas educacionais devem trazer uma contribuição genuína para a melhoria da prática e para a sociedade na qual a pesquisa está envolvida, influenciando as mudanças institucionais nos locais de trabalho desses profissionais e contribuindo para que a sociedade se torne mais democrática e acessível a todos.

Desta forma, este trabalho teve como objetivo realizar um mapeamento de professores com deficiência atuantes na rede pública municipal de São Paulo, a fim de verificar quantos e quais são as características destas pessoas, tendo como hipótese que a porcentagem deles é diminuta.

2. Metodologia

O estudo consistiu na análise dos microdados de docentes com deficiência no município de São Paulo, atuantes na rede municipal de ensino. A partir dos indicadores fornecidos e divulgados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes aos dados levantados na sinopse estatística da educação básica no ano de 2018. Optou-se pela utilização deste levantamento por ser anual e trazer informações utilizadas oficialmente para traçar os panoramas da educação básica, bem como definir objetivos, programas, projetos e políticas públicas de modo a

promover a equidade e qualidade do ensino (RIGOTTI; CERQUEIRA, 2004). Desta forma, a pesquisa inseriu-se no âmbito da investigação quantitativa na educação (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004). Utilizou-se os dados estatísticos oficiais para verificar a hipótese de que existiam poucos docentes com deficiência na rede municipal de ensino de São Paulo, a partir dos quais foi realizada uma análise de contexto (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Realizou-se a análise estatística dos microdados de 2018, referentes aos docentes da região sudeste, utilizando o *software* SPSS Statistics® da IBM, versão v.1.0.0-3239. Este *software* foi escolhido por permitir lidar com grandes conjuntos de dados, a integração e habilidade de importar dados e suportar diferentes tipos de análise que os usuários necessitam.

Ao realizar as primeiras análises, observou-se que os dados cadastrados apareciam mais de uma vez, pois os dados são coletados pelo código único da turma e alguns docentes dão aulas para mais de uma turma. Assim, a primeira ação foi identificar os dados duplicados tendo como variável o código docente, gerando uma nova variável ("*PrimaryFirst*"), ou seja, o primeiro cadastro gera condição igual a um e os repetidos (derivados das outras turmas cadastradas para o mesmo docente) igual a zero. Com a nova variável, selecionaram-se os casos cumprindo a condição "se" "*PrimaryFirst*" = 1. Esta função permitiu comparações lógicas e o resultado trouxe a quantia real de docentes. Com esta iniciaram-se as análises descritivas de frequência para as variáveis docente com deficiência e dependência administrativa da escola.

De modo a trabalhar apenas com os docentes do município de São Paulo, os casos foram selecionados cumprindo a condição "se" código do município da escola (CO_MUNICIPIO) = 3550308, sendo o resultado desta função copiado para um novo conjunto de dados. Nesta nova planilha de dados, verificou-se pela análise descritiva de frequência as variáveis: docente com deficiência e dependência administrativa da escola.

Coletou-se as informações dos docentes atuantes no município de São Paulo com deficiência transportando-as para planilhas do Excel. Posteriormente, os dados foram organizados de acordo com a rede de atuação (federal, estadual, municipal e privada).

Com os dados dos professores com deficiência da rede pública municipal foram realizadas análises quanto às categorias referentes ao sexo, raça/cor, tipo de deficiência, tipo de atendimento, formação inicial e continuada, gerando tabelas e gráficos apresentados a seguir. Cabe ressaltar que todos os termos utilizados nas categorias respeitam os colocados pela base de dados utilizada.

3. Resultados e Discussão

Para mapear os professores com deficiência atuantes na rede pública municipal de São Paulo, utilizou-se os microdados dos docentes da região sudeste. Ao abrir a planilha havia 4.701.023 docentes, em primeira análise, ao desconsiderar aqueles cadastrados mais de uma vez na base de dados os números foram reduzidos para 1.025.599. Destes, ao verificar a presença da deficiência foram encontrados 2.032, o que equivale a 0,2% do total. Do total de professores da região sudeste, 135.130 estavam no município de São Paulo

e, destes, 76 possuem deficiência (0,1%) distribuídos nas diferentes redes de atuação, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Professores com deficiência de acordo com a rede de atuação

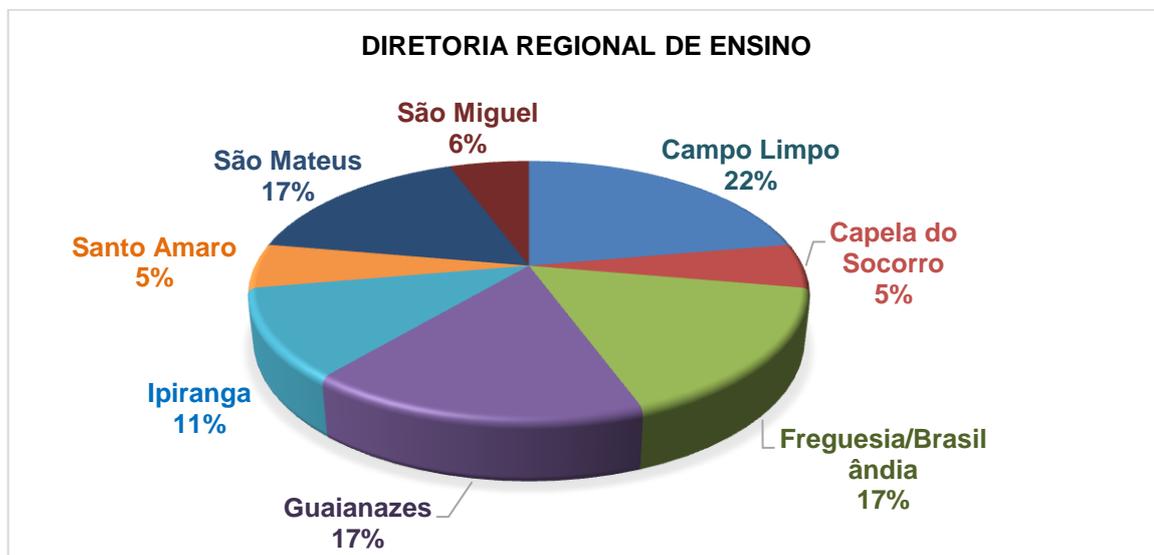


Fonte: Resultados originais da pesquisa.

Por sua vez, dos 37.447 docentes que atuam na rede municipal de ensino, dezoito possuem deficiência (0,05%). Assim, nesta primeira análise encontramos porcentagem diminuta em todos os níveis e buscas verificadas. Nota-se que quanto mais específico menos docentes com deficiência temos, comprovando a hipótese de que a quantidade é reduzida e abaixo da porcentagem prevista (BRASIL, 1991).

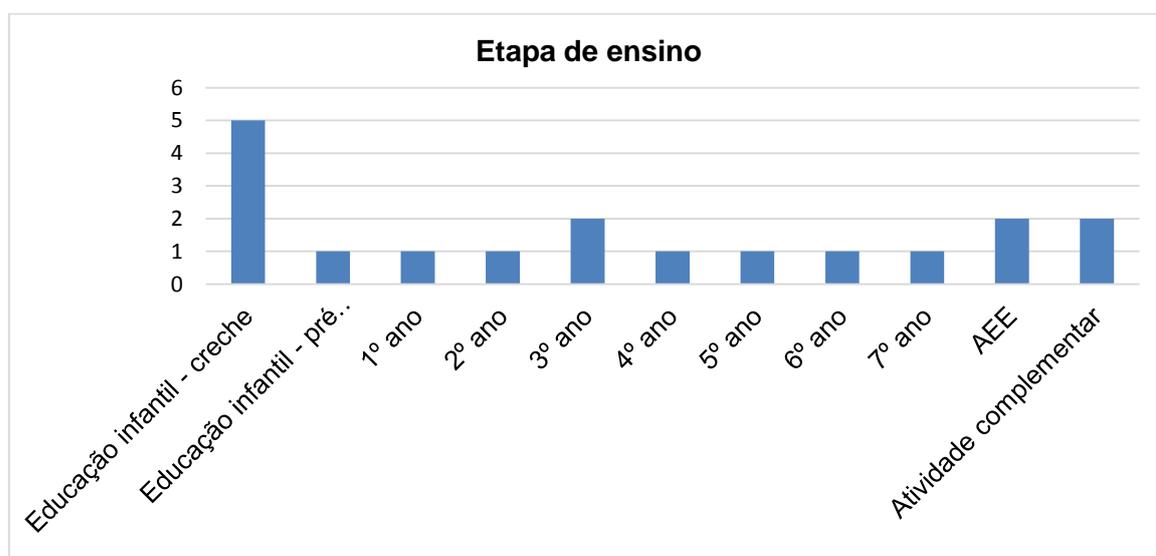
Estes dados levam a inferir que as barreiras no acesso e permanência destes profissionais são grandes e não levam em consideração as especificidades deste público como trazido por Oliveira, Goulart Júnior e Fernandes (2009). O que indica que mesmo com as políticas e mecanismos criados (NERI, 2003; MACIEL, 2000; BRASIL, 1988, 2001) ainda não vemos a melhoria do quadro atual.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo possui treze diretorias regionais de ensino (DRE's) como subdivisões administrativas. Ao localizar as unidades escolares de atuação dos docentes, foram identificadas oito delas, seguindo a distribuição demonstrada na Figura 2. Revelando que a maior concentração de professores encontrada está no extremo leste e zona sul da cidade, sendo a exceção a esta distribuição as três professoras que atuam na DRE Freguesia do Ó/Brasilândia, na zona norte.

Figura 2 - Distribuição dos professores com deficiência nas diretorias de ensino do município de São Paulo

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Com o mapeamento realizado foi feita a caracterização dos professores com deficiência da rede pública municipal com base nas informações disponíveis na base de dados consultada. Destes, quinze eram mulheres (83%) e três homens (17%). Ao analisar a etapa de atuação, a maioria foi encontrada na educação infantil/creche, seguida pelo terceiro ano do ensino fundamental de nove anos, atividade complementar e atendimento educacional especializado (Figura 3), sendo que os três professores homens atuam no 5º, 6º e 7º anos.

Figura 3 - Etapa de ensino em que atuam as professoras com deficiência da rede municipal

Fonte: Resultados originais da pesquisa

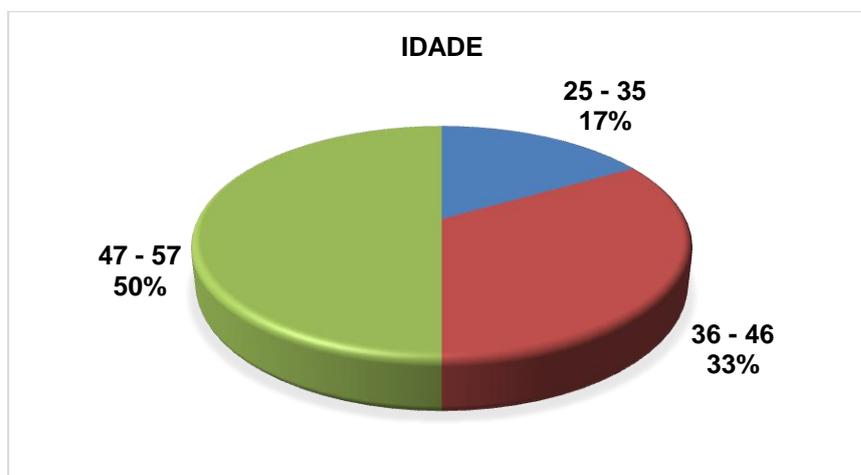
Esta diferença de gênero reproduz a tendência que temos de maioria feminina na educação básica, principalmente nos anos iniciais conforme constatado por Andrade e Nunes (2004). Para Carvalho (1999), isso não se dá apenas pela mudança na composição sexual da profissão docente, mas por um deslocamento de significados resultando nas representações atuais de mulher, mãe e professora, ligados à história de gênero e sua construção social. Assim, historicamente a professora foi e é associada ao cuidar, ao desenvolvimento das habilidades emocionais e autonomia das crianças, bem como do predomínio da emoção e afetividade no trabalho pedagógico.

Quanto à autodeclaração de raça/etnia, onze declararam-se brancas, três pardas, uma amarela e três não declararam. Nenhuma das pessoas se declarou como indígena ou preta, o que reflete a estrutura de desigualdade que existe em nosso país. Santos (2013) afirma que a ausência destes indica que não temos a igualdade trazida pelo mito da democracia racial, denunciando as diferenças étnicas existentes no Brasil, cuja identidade nacional é marcada pelo sistema colonial e escravista, na qual a sociedade desenvolveu a cultura patriarcal e etnocêntrica. Isto é, a desigualdade social colocou na margem todos os não brancos, sem posses e sem escolaridade.

Inibir a participação social em todos os níveis da cidadania plena é o efeito mais perverso do racismo por impedir a mobilização social (SANTOS, 2013). Assim, se todos os não brancos já sofrem com estas questões, as barreiras enfrentadas por negros e indígenas com deficiência são ainda maiores e seria uma hipótese para explicar a ausência deles neste mapeamento.

Na distribuição de idades (Figura 4), metade das professoras encontra-se na faixa entre 47 e 57 anos (nove) e cada um dos professores em uma das faixas de idade. O que indica baixa renovação do quadro docente ou situações de abandono da profissão (exoneração). De acordo com Andrade e Nunes (2004), outra questão a ser analisada é a aceitação de novas concepções, metodologias, maior ou menor experiência, uso da tecnologia.

Figura 4 - Distribuição dos professores por idade em anos



Fonte: Resultados originais da pesquisa

Ao analisar os tipos de deficiências, a mais frequente foi a física (67%) e não foram encontradas pessoas com cegueira, deficiência múltipla, surdocegueira e deficiência intelectual (Figura 5). Nesta categoria vale ressaltar que o tipo não deixa claro quais são as barreiras encontradas por cada pessoa, mas, ao apresentar prevalência da deficiência física, esta parece ser a que menos barreiras possui no nível acadêmico e na relação interpessoal necessária para o trabalho em sala de aula. A lógica inversa explicaria a ausência de professores com comprometimentos de ordem intelectual e desvela que os órgãos sensoriais, em destaque a visão, podem ter um papel importante na profissão docente. A hipótese seria de que haveria mais barreiras atitudinais e nas relações, além de obstáculos na formação inicial para a deficiência intelectual.

Figura 5 - Professores da rede municipal de acordo com o tipo de deficiência



Fonte: Resultados originais da pesquisa

Dezesseis professoras são efetivas concursadas, uma professora com baixa visão é monitora contratada e o professor surdo encontrado atua em uma escola municipal de educação bilíngue para Surdos e é o único em regime de contrato. Assim, atuando em uma escola em que a primeira língua é a Libras, supõe-se que este docente enfrente menos barreiras em sua atuação, o que poderia ocorrer em unidades que não utilizam a Libras no cotidiano. Apesar de ser uma língua oficial em nosso país, a maior parte da população não é fluente e esta poderia ser uma barreira.

Quanto à escolaridade, apenas um professor com ensino médio completo e superior em andamento, as demais com superior completo, sendo que apenas uma formou-se em instituição de ensino pública, a que se autodeclarou como amarela, dado que pode indicar a dificuldade em acessar e permanecer na universidade pública. No que se refere à formação continuada, sete docentes possuem pós-graduação e nove possuem formação continuada em uma ou mais áreas.

No que tange ao ano de conclusão do curso superior (Figura 6), sete professores concluíram em 2010, ou seja, a maioria com diploma mais recente, apesar da faixa etária e a professora que não consta o ano é a que está com os estudos em andamento.

Figura 6 - Ano de conclusão do curso superior



Fonte: Resultados originais da pesquisa

Os dados trazidos revelam a importância de refletir sobre o quanto as discussões sobre as barreiras e oportunidades precisam ser enfrentadas e assumidas tendo como norte a garantia dos direitos sociais de todos de modo equitativo, como a formação inicial, continuada e o trabalho (SKLIAR, 2004; CARVALHO, 2004). Afinal, a consciência política da diversidade histórica, o respeito às diferenças e a igualdade nas relações sociais são possibilidades para a cidadania plena (SANTOS, 2013). Destacando que o cenário analisado é a rede municipal de ensino de uma das maiores cidades do país, utilizada como referência por outras redes, local de diversidade, no qual existem inúmeras desigualdades que inferem na caracterização dos professores com deficiência.

5. Considerações finais

Ao mapear e caracterizar os professores com deficiência atuantes na rede pública municipal de São Paulo foi possível corroborar a hipótese de que, mesmo existindo mecanismos e políticas para tentar garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiência, a porcentagem de docentes ainda é diminuta e longe do que é proposto por lei. A análise dos dados expôs questões importantes que necessitam de maior investigação como a ausência de professores concursados com deficiências sensoriais, múltipla e intelectual, bem como de pessoas com deficiência autodeclaradas como negras ou indígenas, a prevalência da formação inicial em instituições privadas e de atuação na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental de nove anos, apenas em regiões periféricas. Dados que também evidenciam

tendências na história da educação no município e reproduzem padrões e desigualdades vividas na cidade de São Paulo.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; NUNES, Maria Fernanda Rezende. **O perfil dos professores brasileiros**: o que fazem, o que pensam, o que almejam. Pesquisa Nacional UNESCO. São Paulo: Moderna, 2004.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Pesquisa qualitativa em educação**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 out. 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2. ed. Brasília: MTE/SIT, 2007.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

CARVALHO, Marília Pinto de. Uma busca teórica. In: CARVALHO, Marília Pinto de. **No coração da sala de aula**: gênero e trabalho docente nas séries iniciais. São Paulo: Xamã, 1999.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

GERMANO, Jéssica. **Censo da educação básica e docência**: uma análise dos indicadores sobre professores com deficiência no estado do Paraná. 2015. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

LEONART, Ana Paula de Souza. A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 2, n. 2, Curitiba: UniBrasil, jun./dez. 2007.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 51-56, São Paulo, fev. 2000.

NERI, Marcelo. Inclusão empregatícia formal. In: NERI, Marcelo; PINTO, Alexandre; SOARES, Wagner; COSTILLA, Hessia. (Orgs.). **Retratos da deficiência no Brasil**. Rio Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

OLIVEIRA, Marileide Antunes de; GOULART JÚNIOR, Edward; FERNANDES, José Munhoz. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: considerações sobre políticas públicas nos Estados Unidos, União Europeia e Brasil. **Revista brasileira de educação especial**, v. 15, n. 2, p. 219-232, Marília, maio/ago. 2009.

RIGOTTI, José Irineu Rangel; CERQUEIRA, César Augusto. As bases do INEP e os indicadores educacionais: conceitos e aplicações. In: RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. **Introdução à demografia da educação**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004. p. 73-87.

SANTOS, Genivalda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro edições, 2013.

SKLIAR, Carlos. Outras alteridades, outras perguntas: outras políticas educativas? In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Caderno Temático de Formação III. Currículo e Diversidade. **Educação Especial**: novas perspectivas em uma educação inclusiva. São Paulo: SME, Diretoria de Orientação Técnica, 2004.

STUCKERT, Kelen Cristina Borges da Silva. **Professores com deficiência de escolas públicas de Brasília**: opiniões e percepções sobre inclusão educacional e lei de cotas. 2009. 46 f. TCC (Pós-Graduação) - Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnologia Inclusiva, Pesquisa e Pós-graduação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato-Grosso, Brasília, 2009.

ZEICHNER, Kenneth; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Pesquisa dos educadores e formação docente voltada para a transformação social. **Cadernos de**

Pesquisa. v. 35, n. 125, p. 63-80, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, maio/ago. 2005.

Agradecimentos

Agradeço a Deus a oportunidade dos aprendizados e evolução constante. Aos meus pais por proporcionar todos os meios para que eu chegasse até aqui, meu irmão pelo apoio logístico e tecnológico, Ariane por se dispor a ler e fazer suas inferências. Aos amigos e familiares que me auxiliaram diante de tantos desafios e tarefas.

Contribuição das autoras

Autora 1: Participação ativa na escrita, coleta, análise e interpretação dos dados.

Autora 2: Contribuição para a concepção, análise, interpretação dos dados e revisão final.

Enviado em: 10/março/2020 | Aprovado em: 10/julho/2020